

## RELATORIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### **INTRODUÇÃO**

1. De acordo com o disposto no art.º 31º do Decreto-Lei nº 281/2007, de 07/08, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas globais da *CRUZ VERMELHA PORTUGUESA*, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. O Conselho Fiscal emitiu no corrente exercício dois pareceres nos termos da alínea b) do nº 2 do art.º 31 do decreto-lei nº 281/2007, de 7 de Agosto, por solicitação da Direcção Nacional.
3. O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a gestão da *CRUZ VERMELHA PORTUGUESA*, bem como o processo contabilístico e financeiro, através da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Conselho.

O Conselho Fiscal salienta os seguintes actos de gestão, por considerar relevantes para a realização do objeto social da Instituição:

(i) Investimento:

. em 06 de dezembro de 2016 a Cruz Vermelha Portuguesa celebrou contrato de locação financeira imobiliária com o Banco Comercial Português, S.A., para aquisição de prédio sito na Avenida José Malhoa, Lote 1682 em Lisboa, sendo o valor total do financiamento de 11.500.000,00 euros; na mesma data, foi celebrado um reforço de financiamento sob a forma de empréstimo, no montante de 3.750.000,00 euros, destinado à realização de obras de beneficiação e adaptação do imóvel a uma Unidade Integrada Sénior da Cruz Vermelha Portuguesa;

. relativamente a esta operação, no âmbito da alínea b) do nº 2 do art.º 31 do Decreto Lei nº 281/2007, de 07 de Agosto, o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável em 09 de Novembro de 2016, com as seguintes salvaguardas:

- não ter tido acesso à cademeta predial urbana, pelo que, antes de se concretizar a operação, tal documento deveria ser verificado;
- que a informação que foi disponibilizada ao Conselho Fiscal não constituía um estudo de viabilidade económica e financeira, considerando no entanto que, caso estejam controlados os riscos inerentes à concretização dos pressupostos enumerados na informação, a sua viabilidade económica estará implícita nas demonstrações financeiras previsionais que nos foram disponibilizadas.

- (ii) As estruturas descentralizadas da CVP, no final do ano eram as seguintes: 133 Delegações Locais ativas e 2 Delegações Locais inativas, 17 Extensões de Delegações Locais, 20 Centros Humanitários e 6 Organismos Autónomos;
- (iii) A Coordenação Nacional da Emergência, é um órgão que assegura os meios da CVP para responder às situações de emergência e coordenar o seu emprego; para tal efeito, a CVP mantém contacto com a Direção Geral de Saúde, integra o júri do programa Bandeira Azul, apóia as Estruturas Operacionais de Emergência (EOE), estabelece protocolos a nível nacional para transporte de doentes, desenvolve ações no âmbito do Plano Nacional de Desfibrilhação; através das estruturas locais, manteve em funcionamento, entre julho e setembro, postos de Praia no Algarve e Baixo Alentejo, prestou apoio médico-sanitário aos peregrinos de Fátima, transportou 225.329 doentes (não urgentes), respondeu a 30.494 pedidos de emergência e a cerca de 1.572 serviços de apoio a eventos;
- (iv) No âmbito do Socorrismo de proximidade, continuou a ampliação de uma rede de atuação rápida, envolvendo técnicos de socorrismo com equipamento e material de socorro, nomeadamente desfibrilhadores automáticos externos;
- (v) Continuaram os protocolos de cooperação com as Forças Armadas nas áreas de Formação e apoio à sobrevivência, com vista à eficácia de resposta a eventuais situações de emergência, catástrofe ou conflito; de salientar a participação da CVP no exercício ORION-16 pela primeira vez, que veio permitir a integração e o conhecimento e atuação prática simulada no terreno;
- (vi) Continuação da promoção, divulgação e crescimento do serviço de Teleassistência, que registou 96.000 alarmes principais, 500 emergências policiais, 280.000 agendamentos do call center e 16.000 acompanhamentos ativos; o serviço no final do ano fazia a cobertura 24h/dia – 365 dias/ano; ao longo do ano aumentaram as adesões a este serviço, atingindo cerca de 3.400;
- (vii) No âmbito do apoio a idosos e dependentes, funcionaram vários Clubes Sénior/Academias Sénior, com uma frequência anual de 1.750 pessoas, vários centros de dia; em diversas estruturas locais funcionou apoio domiciliário e também em várias estruturas locais estão a funcionar Lares, Residenciais e Cuidados Continuados, nos quais prestaram serviços a cerca de 1.750 utentes;
- (viii) Estiveram em funcionamento 9 Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental;

- (ix) Funcionaram 23 estruturas de apoio domiciliário a idosos e dependentes, que prestaram cuidados a 1.250 pacientes;
- (x) Estruturas residenciais para idosos em 6 unidades, as quais prestaram serviços a cerca de 350 pessoas idosas;
- (xi) Funcionaram 4 unidades de cuidados continuados que prestaram serviços a cerca de 430 utentes;
- (xii) Funcionaram nas estruturas locais 17 creches, 11 infantários pré-escolares, abrangendo 1.253 crianças, bem como 3 Centros de Acolhimento Temporário onde foram recolhidas 62 crianças/jovens;
- (xiii) No Programa PORTUGAL+FELIZ, a CVP, em parceria com empresas, apoiou 157 famílias, cerca de 500 pessoas, sendo de 34.890,61 euros o envolvimento financeiro com o apoio;
- (xiv) No âmbito do apoio à população prisional, a CVP, em parceria com as estruturas locais, desenvolveu o Programa REVIVE+ que abrangeu 34 estabelecimentos prisionais, com o apoio de 1.000 voluntários da CVP, em cerca de 510 ações em meio prisional, abrangendo 5.300 reclusos;
- (xv) Nas estruturas locais de Matosinhos, Figueira da Foz, Amadora, Arcos de Valdevez e Faro, funcionam Casas de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica, as quais acolheram, em 2016, 695 vítimas (385 mulheres, 310 crianças);
- (xvi) No ensino, o número de estudantes inscritos nos cursos de licenciatura na Escola Superior de Saúde no ano letivo de 2015-2016 foi de 390, tendo funcionado também 10 cursos de formação pós-graduada; na Escola Superior de Enfermagem, inscreveram-se, nos vários cursos, 480 estudantes, na Escola Profissional Almirante Domingos Tasso de Figueiredo inscreveram-se 31 novos alunos;
- (xvii) A Escola de Socorrismo foi frequentada por 7.373 formandos, e a sua atividade desenvolveu-se pelos cursos de primeiros socorros, processos de acreditação da CVP como entidade formadora e projetos diversos, tendo sido realizados um total de 974 cursos;
- (xviii) No Hospital da CVP, onde a CVP é parceira maioritária do Estado, a atividade decresceu em várias áreas, o que motivou uma evolução negativa do volume de negócios de 6,7 milhões de euros, menos 17,4% relativamente ao ano anterior; o resultado líquido reduziu, apresentando-se negativo de 1.314.317 euros;

- (xix) No Lar Militar continuaram as obras de requalificação, no âmbito do protocolo com o Ministério da Defesa Nacional;
- (xx) Conjugando o serviço de Teleassistência, o Cartão de Saúde e a estrutura local da CVP, manteve-se a rede de Cuidados de Proximidade, verificando-se no entanto uma redução de cerca de 15% no número de cartões ativos;
- (xxi) Foram desenvolvidas várias ações de angariação de fundos, com o apoio de várias empresas e através da intervenção de um grande número de unidades locais da CVP;
- (xxii) A CVP colaborou em vários projetos de Cooperação e Ajuda Humanitária a nível internacional, nomeadamente, com Espanha, França, São Tomé e Príncipe, Noruega, Turquia, Equador e Cabo Verde;
- (xxiii) A CVP continuou a desenvolver relações internacionais com as suas congéneres e projetos de cooperação e ajuda humanitária.

#### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

- (i) A Cruz Vermelha Portuguesa, conforme consta do art.º 4º do seu Estatuto, exerce a sua atividade a nível nacional, através de estruturas locais distribuídas por todo o Continente, Açores e Madeira.  
  
Para além daquelas estruturas locais, ainda detém seis organismos autónomos (Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Enfermagem, Escola Profissional Tasso Figueiredo, Lar Militar, Cartão CVP e Escola de Socorrismo).
- (ii) O Fundo Patrimonial da Cruz Vermelha Portuguesa é único e a sua gestão é da responsabilidade da Direção Nacional, no entanto, com referência a 31 de dezembro de 2016, apenas 26% estava centralizado na Sede Nacional, estando os restantes 74% distribuídos por estruturas locais (3.ii) e geridos por estas entidades, por delegação de poderes da Direção Nacional.
- (iii) O novo sistema de informação SAGE ERP X3, no corrente exercício, apenas integrou 65 unidades (Incluindo a Sede) e, complementarmente, já foi centralizada na Sede a contabilidade de 62 unidades; tendo em consideração o universo das unidades/CVP referenciado em 3 (ii), verificamos que o projeto SAGE/centralização contabilística na Sede, ainda se encontra implementado a cerca de 36%; tal circunstância, continua a condicionar a abrangência dos procedimentos de auditoria e bem assim a perceção das práticas de

controlo contabilístico nas unidades, cuja contabilidade ainda não está centralizada na Sede, nem está integrada no aplicativo SAGE.

Pelo exposto no parágrafo anterior, os procedimentos de circularização de saldos de terceiros- clientes, fornecedores e outros devedores e credores, revelaram-se ainda insuficientes na produção de prova de auditoria, apresentando-se também condicionada a extensão das verificações de auditoria nas unidades, em relação às áreas de acréscimos e diferimentos - o que ainda não nos permitiu formar opinião sobre as respetivas áreas de balanço e demonstração dos resultados, com a necessária segurança;

- (iv) No ano de 2016 assiste-se ao aumento das unidades integradas no aplicativo contabilístico SAGE, que passou a ser utilizado em 63 unidades (60 trabalhadas na Sede Nacional, onde se inclui a própria Sede Nacional e 3 realizadas em SAGE nas unidades); a CVP prevê que, no exercício de 2018, a Sede já elaborará diretamente, cerca de 90% das contabilidades do universo das unidades CVP, sendo tal processo acompanhado da implementação do novo sistema de informação SAGE ERP X3, reduzindo-se assim, significativamente, os riscos de auditoria referidos em (iii);
- (v) O ativo fixo tangível da Cruz Vermelha Portuguesa, de acordo com as demonstrações financeiras globais, representa 75% do seu ativo total. Tal valor conjugado com a sua dispersão por todo o continente e ilhas, deverá ser objeto de um apertado controlo.
- (vi) Embora tenham sido efetuadas algumas regularizações de saldos nas diversas contas de diferimentos relativas às campanhas humanitárias, as mesmas deverão intensificar-se, tendo em consideração a sensibilidade desta matéria.

#### **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

A sociedade de revisores oficiais de contas que desempenha a função de vogal do Conselho Fiscal efectuou auditoria às contas globais da Cruz Vermelha Portuguesa, emitindo a Certificação Legal das Contas.

#### **RESPONSABILIDADE**

É da responsabilidade da Direcção Nacional a preparação de Demonstrações Financeiras que representem de forma verdadeira e apropriada a sua posição financeira e o resultado das operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

**PARECER**

Com a salvaguarda das situações referidas nos pontos anteriores, o Conselho Fiscal, face à especificidade das condições de funcionamento da Instituição, nomeadamente nas estruturas locais, considera que as demonstrações financeiras da Cruz Vermelha Portuguesa estão em condições de ser aprovadas.

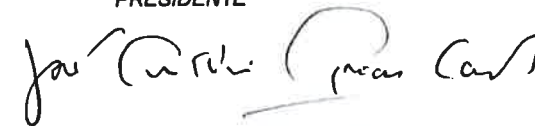
**LISBOA, 14 DE SETEMBRO DE 2017**

**O CONSELHO FISCAL**



---

*Professor Alberto João Couraceiro de Castro*  
**PRESIDENTE**



---

*Contra Almirante José António Aguiar Cardoso*  
**VOGAL**



---

**OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS**  
**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS**  
*Representada pelo sócio Dr. Manuel de Oliveira Rego*  
**VOGAL**